

1                   **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**

2   **SANEAMENTO BÁSICO – CONSAB**

3   **Nº02**

4   **05/03/2025**

5    Ao quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, aconteceu a reunião ordinária  
6    do Conselho Municipal de Saneamento Básico – CONSAB, de forma presencial.  
7    Estavam presentes os (as) seguintes conselheiros (as): Anéquesselen Bitencourt Fortunato  
8    (Diretoria Municipal do Meio Ambiente de Criciúma – DMACRI); Murilo Barbosa  
9    Flores (Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade  
10   Urbana); Antonio Fabio Lessa Matos (Secretária Municipal de Infraestrutura,  
11   Planejamento e Mobilidade Urbana); Larissa Bianco Schmoeller (Secretária Municipal  
12   de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana); Antonella Greniuk Rigo  
13   (Secretaria Municipal da Fazenda); Danielli Medeiros Basílio (Procuradoria-Geral do  
14   Município); Ramon Ugioni Borges (Secretaria Municipal de Saúde); Fernanda Martins  
15   (Secretaria Municipal de Saúde); Walter Tiscoski (Gabinete do Prefeito); Caroline Paim  
16   Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte); Gentil Francisco (União das Associações de  
17   Bairros de Criciúma – UABC); Júlio César Rosa (União das Associações de Bairros de  
18   Criciúma – UABC); Regina Freitas Fernandes (Associação Empresarial de Criciúma –  
19   ACIC). Convidados: Vilmar Tadeu Bonetti e Antônio Millemar. Ao início da reunião, a  
20   conselheira Anéquesselen Bitencourt Fortunato (Diretoria Municipal do Meio Ambiente  
21   de Criciúma – DMACRI) saudou aos conselheiros e a partir de um pedido feito pelo  
22   conselho em reuniões anteriores, apresentou a presença dos representantes do Consórcio  
23   Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM – SUL, sendo esses, Vilmar Tadeu  
24   Bonetti e Antônio Millemar. A conselheira se dirigiu ao superintendente Antônio  
25   Millemar, que explicou que a Lei Federal estabelece a necessidade de agências  
26   reguladoras para o saneamento básico, de forma semelhante ao que ocorre com a energia  
27   elétrica. Ele mencionou que, no caso do saneamento, é possível criar agências  
28   municipais, por meio de consórcios ou com adesão a uma agência estadual. Em seguida,  
29   explicou que o saneamento básico se divide em quatro eixos: abastecimento de água,

30 esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Informou também que, a partir do contrato  
31 celebrado com o município de Criciúma, foi estabelecido o regulamento de fornecimento  
32 de água e esgoto pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN),  
33 enquanto a gestão dos resíduos ficou sob responsabilidade da RACLI – Limpeza Urbana.  
34 O superintendente então abordou o tema do reajuste, destacando que a CASAN havia  
35 manifestado interesse em aplicar um reajuste legalmente devido, mas, com o impacto do  
36 ano eleitoral, essa manifestação foi feita apenas em outubro do ano passado, em 2024.  
37 Ele mencionou que a intenção da CASAN era implementar o reajuste já em dezembro.  
38 No entanto, a agência CISAM não aceitou esse prazo, considerando que o consumo  
39 aumentaria em dezembro devido às comemorações de fim de ano. Por isso, a agência  
40 sugeriu que o reajuste fosse aplicado a partir de janeiro, com o retorno à rotina habitual.  
41 Reforçando o ponto, o engenheiro Vilmar Tadeu Bonetti informou que a CASAN pode  
42 solicitar um aumento superior à inflação, desde que apresentadas justificativas adequadas.  
43 Retomando a palavra, Antônio destacou que o acompanhamento da receita da CASAN é  
44 feito mensalmente e que a análise dos contratos influencia diretamente as decisões  
45 tomadas. Ele ressaltou que, como fiscais, estão sempre ao lado da população, mas é  
46 necessário equilibrar as demandas da comunidade com a manutenção da qualidade dos  
47 serviços. Explicou também a importância de garantir o fornecimento de água e de realizar  
48 bons investimentos nos serviços prestados, enfatizando que a tarifa é essencial para  
49 garantir esse equilíbrio. Em seguida, apontou o alto número de consumos excessivos que  
50 geram desperdícios, mencionando que 28 mil contas de Criciúma tiveram redução no  
51 consumo. Relatou aos conselheiros que, desde 2020, Criciúma adota uma taxa de  
52 consumo por metro cúbico, visando manter o equilíbrio no fornecimento. Solicitando a  
53 palavra, a conselheira Luana de Oliveira Gomes (Conselho Regional de Engenharia,  
54 Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina – CREA) relatou que é recorrente a  
55 questão da ampliação de rede com custos arcados integralmente pelas construtoras,  
56 especialmente em relação a empreendimentos verticais. Indagou a qual setor é destinado  
57 o reajuste e se os recursos obtidos serão aplicados nas obras. Em resposta, convidado  
58 Antônio esclareceu que, no passado, com a legislação menos rigorosa, havia mais  
59 permissões. No entanto, ressaltou que não cabe ao órgão público investir recursos em  
60 empreendimentos privados. Tomando a palavra, o conselheiro Gentil Francisco (União

61 das Associações de Bairros de Criciúma – UABC) fez suas observações, apontando que,  
62 supostamente, há 46 mil pessoas no município de Criciúma com acesso ao saneamento  
63 básico, que pagam R\$86,66, o que resulta em um valor de 10 milhões por mês para a  
64 CASAN. Prosseguindo com sua fala, comentou que a tarifa por metro cúbico de água  
65 deveria ser reduzida. Requerendo a palavra, Antônio expressou que é importante deixar  
66 claro que não há lucro com a receita da CASAN. Ele destacou que a CASAN defende o  
67 município, aplica tarifas sociais e contribui para o bem da população, sempre dentro da  
68 legalidade. Enfatizou também que houve uma fiscalização pela Defensoria Pública do  
69 Estado nas ações da CISAN, e que a tarifa social de Criciúma aumentou em razão de um  
70 decreto federal. A conselheira Anéquesselen tomou a palavra, agradeceu pela colaboração  
71 mantida e informou que os demais pontos da pauta precisavam ser cumpridos. Em  
72 seguida, iniciou-se a concretização da eleição, na qual, por unanimidade, foi decidido que  
73 Walter Tiscoski seria o Presidente e Luana de Oliveira Gomes seria a Vice-presidente do  
74 Conselho. Ao finalizar os assuntos que deveriam ser tratados e sem mais a tratar, o  
75 presidente Walter Tiscoski encerrou a reunião e eu, Isadora Rabelo Celso, lavro e finalizo  
76 a presente ata que, após lida e aprovado, será por todos os assinados.

77 Anéquesselen Bitencourt Fortunato (Diretoria Municipal do Meio Ambiente de Criciúma  
78 – DMACRI);

79 Murilo Barbosa Flores (Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura, Planejamento  
80 e Mobilidade Urbana);

81 Antônio Fábio Lessa Matos (Secretária Municipal de Infraestrutura, Planejamento e  
82 Mobilidade Urbana);

83 Larissa Bianco Schmoeller (Secretária Municipal de Infraestrutura, Planejamento e  
84 Mobilidade Urbana);

85 Antonella Greniuk Rigo (Secretaria Municipal da Fazenda);

- 86 Danielli Medeiros Basílio (Procuradoria-Geral do Município);
- 87 Ramon Ugioni Borges (Secretaria Municipal de Saúde);
- 88 Fernanda Martins (Secretaria Municipal de Saúde);
- 89 Valter Tiscoski (Gabinete do Prefeito);
- 90 Caroline Paim Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte);
- 91 Gentil Francisco (União das Associações de Bairros de Criciúma – UABC);
- 92 Júlio César Rosa (União das Associações de Bairros de Criciúma – UABC);
- 93 Regina Freitas Fernandes (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC).